

Transição agroecológica e cooperação internacional na África Ocidental:

APELO PARA UMA AÇÃO URGENTE



Documento elaborado por
**AZIONE TERRÆ: coalizão para a transição
agroecológica**

Novembro de 2020



AZIONE TERRÆ: coalizão para a transição agroecológica

é constituída por:



Com o apoio de:



PREFÁCIO

Este relatório é o resultado de um processo de reflexão, que comparou um conjunto de ONGs da cooperação internacional, que atuam há anos na África Ocidental, com redes envolvidas na transição agroecológica na Itália e na Europa, ligadas ao mundo das organizações camponesas, da pesquisa, e das associações.

É uma contribuição para repensar a cooperação internacional em uma das áreas mais críticas do planeta, e que queremos compartilhar com todas as pessoas, associações e instituições envolvidas nessas questões.

É um apelo a uma ação urgente e coordenada, adequada à gravidade e complexidade da crise atual, que dirigimos às agências de cooperação internacional e a todos os atores que atuam na região.

É um convite a mobilizar e otimizar os recursos de todos em prol de respostas rápidas e eficazes, numa perspectiva sistémica e de longo prazo.

SUMÁRIO

1. UM CENÁRIO DE CRISE.....	5
2. AS RESPOSTAS DA AGROECOLOGIA	6
3. QUESTÕES ESTRATÉGICAS E LINHAS DE AÇÃO	8
3.1 A TERRA	8
3.2 AS SEMENTES.....	8
3.3 OS MERCADOS.....	9
3.4 OS SERVIÇOS.....	11
3.5 AS MULHERES	11
3.6 OS JOVENS	12
4. OS PROGRAMAS, OS ATORES, OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	13
NOTA	16
BIBLIOGRAFÍA.....	21

1. UM CENÁRIO DE CRISE

A África Ocidental, especialmente em sua faixa do Sahel, está passando neste momento por uma crise muito séria, onde os grandes desafios globais do nosso tempo estão entrelaçados: as mudanças climáticasⁱ, a pressão demográficaⁱⁱ, os desequilíbrios sociaisⁱⁱⁱ, a violação dos direitos humanos. **Desse entrelaçamento derivam as principais problemáticas da região:** conflitos e insegurança, migrações internacionais e internas, êxodo maciço das áreas rurais para centros urbanos despreparados para receber os fluxos^{iv}, crises alimentares recorrentes, oportunidades de emprego e renda insuficientes. **É um quadro agravado pela falta de reconhecimento do papel e dos direitos das mulheres^v e pela ausência de perspectivas para os jovens. O aumento da “livelihood insecurity” e o afrouxamento da coesão social em áreas de controle estatal limitado facilitam a entrada de movimentos jihadistas armados.** E, devido à crescente instabilidade, criaram-se as condições para uma “seguritização” da *governance*^{vi} com a G5 Sahel e a Aliança Sahel que influenciam, até estruturá-las, as políticas de intervenção e desenvolvimento na área^{vii}. **A chegada da Covid-19 irá agravar esse quadro.** A epidemia e as medidas de contenção dos governos já estão limitando ainda mais o acesso à alimentação, ao trabalho e à renda nos setores mais vulneráveis da população, projetando seu impacto negativo no médio e longo prazo.

A cooperação internacional, mesmo dispondo de recursos financeiros significativos para gastar na região, carece de uma estratégia coerente, à altura desses desafios, e parece estar condicionada pela emergência como resposta central, em seus aspectos de ajudas humanitárias de curto prazo e militarização da resposta aos conflitos.

Num contexto em que a maioria da população vive nas áreas rurais, de onde tira tanto os recursos para a segurança alimentar quanto para a geração de renda, é difícil reconhecer a terra como eixo central de uma resposta sistêmica, capaz de unir os diferentes aspectos da crise, rumo ao desenvolvimento justo e sustentável que é o horizonte indicado pela Agenda 2030 das Nações Unidas.

Uma subestimação que corre o risco de marginalizar primeiramente o sistema alimentar do Sahel, capaz, com suas linhas de produção, de produzir, transformar e comercializar até 80% dos alimentos necessários, derivados de produtos da região, tais como cereais, oleaginosas, raízes e tubérculos, legumes, óleo e açúcar. Criando dessa forma as condições para **uma desconexão dos mercados urbanos do sistema rural e aumentando a dependência das importações** com efeitos negativos nas oportunidades de emprego dos jovens, no aumento da pobreza e da desigualdade socioeconômica^{viii}, na privação de direitos e – como última consequência – no aumento e disseminação de conflitos na inteira região.

2. AS RESPOSTAS DA AGROECOLOGIA

A agroecologia é uma abordagem integrada que aplica conceitos e princípios ecológicos e sociais à gestão e desenvolvimento de sistemas agrícolas e alimentares, **para dar início a percursos de transição em direção a modelos sustentáveis e resilientes**, centrados no desenvolvimento da biodiversidade e nas interações funcionais entre plantas, animais, pessoas, que minimizem a necessidade de *inputs* externos^{ix}.

Promove a cooperação entre produtoras e produtores, sociedade civil, pesquisa e instituições para realizar ações diretas, apoiadas por políticas públicas adequadas, por meio de ferramentas participativas que tem a finalidade de cocriar conhecimentos entre o meio campesino e a comunidade científica.

É uma abordagem que requer experimentação contínua por parte de quem trabalha a terra, em evolução constante com as mudanças dos fatores internos e externos da agroecossistema, para produzir um conjunto complexo de bens e serviços de vários tipos, que melhoram a qualidade ambiental, diversificando as oportunidades de renda^x.

Dentro dessa visão, **a saúde tem um papel central**: para zerar os riscos de contaminação relacionados ao uso de herbicidas e pesticidas, para melhorar os valores nutricionais dos produtos, para conter o surgimento de doenças relacionadas à pecuária intensiva e a destruição de habitats naturais causados pela agricultura industrial^{xi}. Como a Covid-19.

A Agroecologia, nos últimos anos, obteve crescente reconhecimento internacional e **foi incluída em 2019 pela FAO como estratégia-chave no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**. Percebida como uma abordagem integrada, e não como uma soma de práticas separadas, a agroecologia é considerada, de facto, mais eficaz para a realização de sistemas alimentares territoriais resilientes, do que modelos de natureza mais setorial (como a *climate-smart agriculture*). **Na África Ocidental, é apoiada por importantes redes regionais e internacionais**, como a ROPPA, *Réseaux de Organisations Paysannes et de Producteurs Agricoles de l'Afrique del Ouest*^{xii}, a 3AO (*Alliance for Agroecology in West Africa*), plataforma de coordenação entre organizações campesinas, institutos de pesquisas e universidades, ONGs internacionais e movimentos sociais, criada em 2018 em Dakar^{xiii}.

Com sua abordagem sistêmica e sua capacidade de mobilização de múltiplos atores, a Agroecologia tem condições de promover, também na África Ocidental e no Sahel, economias alimentares e de gestão de recursos naturais inclusivas, sustentáveis e resilientes. **Pode, portanto, dar uma importante contribuição para a superação da crise na região, colocando em prática estratégias adequadas às condições específicas do contexto**: favorecendo as empresas familiares e camponesas, valorizando o papel da mulher e dos jovens, fortalecendo associações que garantam a participação e representação de todos os atores, e que consigam dialogar com as instituições, começando pelas instituições territoriais.

Com o objetivo de apoiar políticas públicas coerentes com a visão agroecológica sobre temas prioritários como a distribuição e o acesso aos recursos primários; a abordagem ecossistêmica e territorial, a proteção da biodiversidade, do patrimônio das sementes tradicionais e da sua propriedade intelectual; o reconhecimento da sabedoria camponesa; a proteção comercial de produtos locais e a promoção de mercados próximos; a valorização da agricultura também em áreas urbanas e periurbanas e, finalmente, o desenvolvimento da pesquisa e dos investimentos necessários para apoiar a transição em andamento.

3. QUESTÕES ESTRATÉGICAS E LINHAS DE AÇÃO

3.1 A TERRA

Para os povos da África Ocidental, a terra, como um continuum de solos agrícolas, pastagens, florestas e águas, é vida, ligada às suas raízes, é meio de produção, fonte de serviços essenciais, condição de resiliência. Mas também é **um recurso cada vez mais escasso e de difícil acesso para os grupos sociais mais vulneráveis**: jovens, mulheres, migrantes e minorias. É desta forma no **aspecto ambiental**, pela desertificação, erosão e salinização do solo e desmatamento, devido às mudanças climáticas e práticas de produção não sustentáveis. E **no aspecto social**, pelo efeito combinado da fragmentação das Empresas, devido à pressão demográfica, e de sua concentração, causada pelo *land grabbing*, pela produção de biomassa para fins energéticos e por outros fenômenos especulativos. Esses elementos, junto com os fenômenos de migração interna, regional e de urbanização, afetaram principalmente as camadas frágeis da população, acentuando a desigualdade de acesso e a instabilidade do direito fundiário.

A Agroecologia aborda todos esses aspectos como fatores de crise interdependentes de um único sistema socioambiental, desenvolvendo de forma integrada as seguintes **linhas de ação**:

- a) **A recuperação e a gestão sustentável dos recursos naturais**, solos, florestas e água e **dos sistemas agrossilvipastoris**, para o desenvolvimento de economias locais integradas e multifuncionais nos setores da agricultura, da pecuária, da colheita de plantas espontâneas, da pesca e da prestação de serviços ecossistêmicos^{xiv}.
- b) **O desenvolvimento de ferramentas de governance fundiária e hídrica inclusivas e responsáveis**, com ênfase em métodos de gestão comunitária^{xv} e mecanismos de financiamento duradouro (fundos de garantia).
- c) **A capacitação para gerenciar e resolver disputas sobre recursos naturais**, inclusive em eixos interestaduais de transumância, e em apoio às iniciativas intercomunitárias e nacionais, às políticas, leis e comissões fundiárias para a inclusão e a paz^{xvi}.

3.2 AS SEMENTES

Para apoiar a resiliência dos sistemas agroalimentares, também levando em consideração um contexto futuro de mudança climática imprevisível em escala local, **é imprescindível desenvolver modelos descentralizados e participativos de pesquisa e divulgação, que incluam também o melhoramento genético**. Numa visão mais ampla da diversificação inter e intraespecífica: a partir das variedades e espécies cultivadas, até ao nível de paisagem e agroecossistema, com uma atenção específica às variedades tradicionais^{xvii}.

Nesta perspectiva, é necessário promover uma mudança de paradigma no sistema de pesquisa e divulgação agrícola, favorecendo ao mesmo tempo a evolução de políticas de apoio. **O tema da agrobiodiversidade em todos os seus níveis, das sementes aos conhecimentos a elas relacionados, precisa se tornar transversal nos projetos de desenvolvimento rural**, conforme o que já foi decidido em acordos internacionais como o Tratado FAO sobre recursos genéticos para agricultura e alimentação (ITPGRFA), dos quais a Itália é um dos principais financiadores^{xviii} e em cujas políticas de implementação também entra a cooperação internacional. **As matérias sobre o uso sustentável da agrobiodiversidade (art. 6º) e os direitos dos agricultores (art. 9º), pilares do Tratado, deveriam**

ser lidas como eixos para orientar as políticas de desenvolvimento agrícola e de cooperação, para reduzir o efeito negativo das atuais políticas de modernização nos países do Sul do planeta. Assim, seria desejável um intercâmbio maior entre a Europa e os países da África Ocidental, para apresentar e incrementar as aberturas que a Europa está realizando nos últimos anos em relação ao tema da agrobiodiversidade.

Considera-se, portanto, necessário desenvolver **ações** voltadas a:

- a) **Garantir a plena implementação do Tratado nos países onde se atua**, garantindo aos agricultores total acesso aos recursos genéticos nacionais, apoiando projetos de melhoramento participativo e descentralizado.
- b) **Favorecer a criação de sistemas de plantio locais e diversificados difundidos.**
- c) **Promover a gestão comunitária da agrobiodiversidade** por meio de bancos de sementes comunitários CSB (*Community Seed Banks*)^{xix}, garantindo também a equidade de gênero e a saúde do material trocado, por meio de percursos formativos apropriados.
- d) **Apoiar processos de pesquisa e valorização da agrobiodiversidade** que se baseiam nas inter-relações entre diversidade, dieta e nutrição, também a partir das espécies negligenciadas NUS (*Neglected and Underutilised Species*)^{xx}, úteis para a diversificação dos sistemas agrícolas e das dietas.
- e) **Promover momentos de intercâmbio sobre políticas regionais e internacionais relacionadas à gestão da agrobiodiversidade**, com o objetivo de mostrar as mudanças em andamento na União Europeia.
- f) **Desenvolver programas de formação adequados**, dirigidos tanto às equipes das organizações envolvidas quanto às instituições locais, nacionais e regionais, para apoiar a implementação coerente destas linhas de ação na revisão e realização de políticas, programas e projetos.

3.3 OS MERCADOS

Para aproveitar as oportunidades oferecidas por uma produção variada e diversificada de bens que caracteriza a Agroecologia e a agricultura familiar na África Ocidental, **as empresas familiares, as cooperativas e as organizações camponesas precisam acessar 'mercados' e termos de troca que elas consigam administrar e não acabem sendo prejudicadas. Os mercados "territoriais"^{xxi}**, ligados aos sistemas agrícolas locais, nacionais e regionais, dos quais *les marchés hebdomadaires*^{xxii} são uma prática consolidada que precisa ser defendida e replicada, **desempenham um papel fundamental** não somente para a segurança alimentar e a conservação da biodiversidade e nutrição, mas também para a troca de informações e conhecimentos sobre produtos e alimentos, o desenvolvimento das relações sociais, o envolvimento das mulheres, e tem a capacidade de garantir o valor agregado nas mãos dos atores da economia rural, reduzindo a vulnerabilidade causada pela volatilidade dos mercados globais. Dentro destes mercados, porém, é importante conquistar um espaço, principalmente para os bens não alimentícios, numa lógica de respeito pelos princípios da equidade e da justiça, que valorize o trabalho de quem os produz.

Sejam estes mercados rurais, que também ultrapassam as fronteiras de diferentes estados, sejam urbanos, que atuam como ponte entre o campo e a cidade, entre produtores e consumidores, **os mercados territoriais são, portanto, o recurso-chave de referência na região, numa perspectiva**

agroecológica. Com a finalidade de fortalecer o vínculo com as organizações camponesas e torná-las mais funcionais para a valorização dos produtos locais e da oferta de alimentos saudáveis, por meio das seguintes **linhas de ação**:

- a) **Levantamentos qualitativos e quantitativos sobre a produção das Empresas Familiares (*Exploitationes Familiares/EF*) e associações camponesas**, aprimorando as ferramentas já existentes, como o Observatório sobre as *EF* e a metodologia de pesquisa participativa nos mercados, promovidas pela ROPPA^{xxiii}, para apoiar o desenvolvimento de *policies* e investimentos e fortalecer o empreendedorismo das *EF*, também em termos de conhecimento das cadeias de valor das linhas de produção.
- b) **Análise e fortalecimento do potencial de acesso aos mercados nacionais e internacionais de alguns produtos vindos de sistemas agroecológicos**, de alto valor agregado para a economia das comunidades e para a integração da renda dos grupos mais vulneráveis, tais como especiarias e produtos naturais para suplementos alimentares, nutracêutica, medicamentos fitoterápicos não sintéticos e cosmética.
- c) **Desenvolvimento da relação direta entre produtores e consumidores**, por meio de várias iniciativas aptas a captar alvos e necessidades diferentes: *Community Supported Agriculture (CSA)*^{xxiv}, sistema de restauração, feiras orgânicas e ecológicas, redes de comércio varejista.
- d) **Acordos entre redes de produtores e instituições**, no âmbito das políticas de proteção social, para a distribuição de alimentos em escolas, lares de idosos, prisões, hospitais, que incluam também planos de mobilidade urbana para facilitar o transporte dos alimentos nas cidades.
- e) **Apoio aos municípios para adaptação da infraestrutura e dos serviços nos mercados**, para melhorar as condições higiênico-sanitárias, reduzir o impacto ambiental, valorizar o lixo, as águas residuais e carcaças no uso agrícola.

3.4 OS SERVIÇOS

A **transição agroecológica necessita de serviços inovadores de apoio aos produtores e às produtoras**, que levem em devida consideração as questões de igualdade de gênero e trabalho decente em termos de direitos e intensificação do trabalho. **Inovações que favoreçam a redução do uso de *inputs* externos e promovam uma economia de serviços avançada como oportunidade de emprego para as novas gerações**, com a criação de novos perfis profissionais. É necessária, portanto, uma **significativa contribuição por parte de pesquisa e formação adaptadas às novas necessidades**, também em apoio à função terciária da agricultura por meio de serviços educativos e recreativos^{xxv}, abertos a operadores privados e empresas camponesas em forma associada, e ao desenvolvimento de sistemas de certificação adaptados ao contexto, capazes de documentar o valor agregado das produções agroecológicas.

A Itália, com sua vocação para a agrobiodiversidade e valorização de produtos de qualidade, e com seu sistema de pesquisa, inovação e serviços voltados à agricultura familiar, pode desempenhar um papel estratégico neste âmbito, juntamente com os operadores da sociedade civil italiana e da África Ocidental^{xxvi} no desenvolvimento das seguintes **linhas de ação**:

- a) **Atividades de pesquisa participativa** para o diagnóstico e monitoramento do funcionamento da agroecossistema e para o desenvolvimento de Serviços inovadores para a Agroecologia;
- b) **Apoio à criação de Serviços para Agroecologia** de tipo informativo (como ferramentas de *Information and Communication Technology* para a produção e comercialização), de seguros, crédito, mecanização e transformação (com a valorização de produtos locais, com o uso de técnicas tradicionais ou inovadoras e a utilização de energias renováveis), para a produção de *inputs* eco-compatíveis, a fertilização e a proteção de plantas e animais.
- c) **Análise de viabilidade e promoção de serviços terciários**, como a didática e o turismo rural, que as associações locais e as empresas podem fornecer, especialmente em âmbito urbano e periurbano.
- d) **Apoio aos consórcios entre produtores**, para o desenvolvimento de linhas de produção integradas, para a aquisição de insumos e equipamentos, a valorização e comercialização de produtos, a melhoria dos padrões de qualidade e dos procedimentos de rastreabilidade e certificação, também com abordagens alternativas tais como os *Sistemas Participativos de Garantia (SPG)*.

3.5 AS MULHERES

Na África Ocidental, **o papel da mulher é central na produção de alimentos, no cuidado do meio ambiente, nas economias rurais**: porém não é igualmente central sua participação nos processos decisórios, fundamental também para trazer à tona suas práticas, visões, necessidades, em um contexto onde seus direitos nem sempre são reconhecidos e são muitas vezes violados. **As mulheres são maioria entre os produtores agrícolas e, ao mesmo tempo, o grupo social que mais tem acesso à terra negado**. Desempenham um papel estratégico na soberania alimentar e na nutrição das famílias, porém não há reconhecimento dessa economia de vida nas políticas públicas, que ainda se baseiam em modelos patriarcais e de desigualdade de gênero. Por isso, a valorização de sua contribuição para a transição agroecológica precisa andar lado a lado com o pleno reconhecimento

de seus direitos, conforme indicado nas recomendações do CEDAW (*Committee on the Elimination of Discrimination against Women, General, Recommendation n.34 on the rights of rural women, 2016*^{xxvii})

A estes desafios, a Agroecologia consegue dar uma resposta integrada, que reúna como um continuum os percursos complementares de *empowerment* social, económico, político, por meio das seguintes **linhas de ação**:

- a) **Promoção de sujeitos femininos coletivos e espaços públicos femininos**, que possam tanto trazer novas visões e práticas agroecológicas, quanto manter a atenção na questão dos direitos das mulheres.
- b) **Desenvolvimento de AGR e empreendimentos econômicos entre grupos de mulheres**, que incluam a alfabetização básica e funcional, o apoio a atividades de produção, conservação, transformação, comercialização, gestão de empresas e poupança.
- c) **Apoio a iniciativas de *advocacy*** para mudar as políticas públicas para os direitos e representatividade de garotas e mulheres.
- d) **Desenvolvimento da representatividade das mulheres** nas organizações camponesas, nas instituições e nas comissões fundiárias.
- e) **Remoção de obstáculos** que limitam ou impedem as mulheres de acessar os recursos, particularmente a terra, a água, o crédito e a tecnologia.

3.6 OS JOVENS

O reconhecimento e a consolidação do papel das jovens e dos jovens é o primeiro passo no combate à emigração do campo, causada pela falta de oportunidades de emprego e de acesso insuficiente aos recursos produtivos. Como indica a ROPPA no terceiro relatório do Observatório das empresas agrícolas de base familiar ("*Regards de Jeunes ruraux ouest-africains sur l'exploitation familiale*")^{xxviii}, é necessária a compreensão, antes de tudo, sobre quais são as aspirações dos jovens das áreas rurais, e a nossa mobilização para apoiá-los, formá-los, consolidar seus projetos e acompanhá-los até a comercialização de seus produtos para garantir a eles uma renda digna.

Para tornar atraente o trabalho na agricultura e facilitar a rotatividade geracional, é fundamental dar início a um processo de informação dentro das famílias, das comunidades, das organizações da sociedade civil e das administrações públicas, **favorecendo ao mesmo tempo a geração de emprego e a criação de atividades que gerem rendas baseadas em um desenvolvimento integral das aptidões e competências**.

A Agroecologia pode contribuir significativamente para estes processos, por meio das seguintes **linhas de ação**:

- a) **Desenvolvimento das competências**, por meio de programas de formação e acompanhamento técnico em agroecologia e gestão de empresas, incluindo as cooperativas; intercâmbios formativos com outras áreas e países, incluindo a Europa; programas de "mentoria" de meio período para jovens que já trabalham na agricultura.

- b) **Criação de empregos** em projetos agrossilvipastoris, que incluem a transformação de produtos e garantam condições dignas de trabalho, encarregando-se do acesso aos mercados.
- c) **Acesso a recursos naturais, tecnologias e canais de financiamento** (*grants* a startup, crédito, subsídios).
- d) **Desenvolvimento da concertação social entre grupos de jovens** da mesma área geográfica e apoio a ações de *advocacy* nas administrações locais.

4. OS PROGRAMAS, OS ATORES, OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As organizações signatárias deste documento, junto com muitos movimentos de agricultores e ativistas do mundo inteiro, há tempo reivindicam a conversão do modelo de desenvolvimento não sustentável, que também na África Ocidental é responsável por uma gravíssima crise de sistema. Uma crise que está destinada a se agravar na ausência de **uma virada decisiva e substancial**, que **desencadeie um processo de transição ecológica e social**, onde cada ator possa dar a sua contribuição e **onde seja plenamente reconhecido o papel do “espaço público” que existe entre o estado e o mercado e que é administrado pela sociedade civil.**

Ao lançar este apelo, as organizações signatárias se comprometem, portanto, a apoiar este processo, a começar pela sua atuação quotidiana e pelos seus projetos, fortalecendo a coordenação das intervenções e disponibilizando seus recursos e conhecimentos, fruto também de **uma longa e proveitosa experiência de colaboração com todo o “sistema Itália” de cooperação internacional.**

Uma colaboração que cresceu ao longo dos anos e que ainda hoje continua em todos os países da região, em diferentes formas e com diferentes ferramentas: dos projetos cofinanciados ou encomendados pela AICS; aos programas de cooperação delegada, com fundos fiduciários (*Desert* no Níger); aos programas de consórcio no Senegal e Burkina Faso, com fundações sociais bancárias^{xxix} e com a cooperação descentralizada (Região do Piemonte, Município de Torino, Região da Toscana, Região da Emilia Romagna, Município de Milão e Região da Lombardia, Região do Veneto, Província de Bolzano); aos programas de cooperação universitária (Universidade de Torino, Univ.Roma3, Escola de Estudos Superiores Sant'Anna de Pisa).

É um cenário que se completa, por fim, com iniciativas ao lado dos colaboradores locais no âmbito de programas apoiados pela UE, pelas cooperações nacionais (p. ex. DFID / UK, Cooperação do Luxemburgo,...), e pelas organizações da ONU, por meio do qual foram realizadas, ou estão sendo ativadas, muitas intervenções em apoio às organizações camponesas e intervenções de pesquisa-ação em apoio a sistemas resilientes de transição agroecológica em áreas agropastoris e agrícolas (cultivo de arroz de baixo impacto, horticultura, pastorícia).

Esta rede de experiências já em curso assume-se como primeira bancada de teste das propostas indicadas no documento, **sabendo que a transição será favorecida por uma combinação de**

políticas, orientada à coerência dos objetivos, a serem aplicados em diferentes etapas, dos projetos aos programas, que garanta a mais ampla participação de todas as partes interessadas na realização dos programas definidos pela Parceria Global em Desenvolvimento Sustentável^{xxx}.

Infelizmente, **os financiamentos disponíveis e as iniciativas em curso até hoje**, mesmo meritórias, **não parecem atender a urgência e a necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento e de transformação socioeconômico ambiental**, em particular no que se refere à transição agroecológica^{xxxi}. Os investimentos em agricultura e saúde, em relação ao aspecto quantitativo, representam apenas 7% dos gastos da Cooperação Pública para o Desenvolvimento. Além disso, embora a Itália combine as competências no campo da cooperação com as capacidades de mobilização, para assumir um papel de liderança internacional em setores como o da agricultura e da segurança alimentar (*Peer Review OCSE, 2019*), no que se refere ao impacto, as medidas tomadas de forma bilateral e multilateral, em relação a nutrição, agricultura e agroindústria, parecem ainda estar longe da estratégia *compliance, integration, mainstreaming*, delineada no Documento Trienal de Planejamento e Orientação (DTPI) da MAECI^{xxxii} que até hoje, não se refere explicitamente à Agroecologia, ao contrário de outras agências de cooperação internacionais e nacionais que já adotaram formalmente.

Para superar esses limites, **é necessário incentivar e desenvolver o diálogo com a sociedade civil**, nos compromissos já assumidos pelo MAECI, conforme previsto na Declaração de Nairóbi no âmbito da Global Partnership for Effective Development Cooperation^{xxxiii}. Compromissos que precisam ser adaptados ao contexto mudado e aos eixos de intervenção identificados neste documento, com uma adequada atenção aos processos de análise e avaliação participativa dos percursos transformativos da Agroecologia.

Neste quadro de referência, em um senso de urgência e em uma perspectiva de valorização do "sistema Itália", propomos um confronto para a estruturação de **Programas integrados multi-country, ou Programas-país articulados numa estratégia regional inclusiva para os países da África ocidental definidos como prioritários pela AICS** (Burkina Faso, Níger e Senegal) e não prioritários (Mali, Gâmbia, Guiné e Guiné-Bissau), que tenham duração mínima de três anos, ou de 4 anos e com possibilidade de renovação e ampliação, que favoreçam a agregação dos atores comprometidos, de diferentes partes, no apoio à transição agroecológica: movimentos camponeses, institutos de pesquisa, ONGs, redes da sociedade civil, diáspora, empresas, entidades territoriais, fundações, agências de cooperação internacional.

As **ferramentas** que consideramos adequadas para tornar efetiva uma intervenção no "sistema Itália", na cooperação, nas organizações camponesas e na pesquisa são as seguintes:

- a) Realização de um novo Programa de **Transição Agroecológica** da cooperação italiana com a coordenação AICS, que reforce de forma evolutiva o legado do Fundo Italia-Cilss^{xxxiv}.
- b) Reorientação do Fundo **Fiduciário para a África**, dirigido aos grupos mais vulneráveis, para proteção e cooperação com as comunidades locais e migrantes na perspectiva holística da

Agroecologia, e a valorização da contribuição da diáspora para os processos de transformação.

- c) Definição de um **programa interministerial (AICS e Ministério do Meio Ambiente)** em áreas de alta vulnerabilidade e interesse ambiental, para apoiar os sistemas pastoris e valorizar os recursos pesqueiros, tanto os marinhos, do Golfo da Guiné, quanto os fluviais, no cenário do compromisso italiano na luta contra a desertificação e da cooperação bilateral na área ambiental.
- d) Estruturação de uma **iniciativa da Itália para a Agroecologia no âmbito da Cooperação Europeia**, em particular no que se refere ao pilar da agricultura da Aliança África-Europa, que está sendo negociado, de acordo com a EU Comprehensive Strategy for Africa. Esta iniciativa é ainda mais urgente em resposta à pandemia da COVID 19.
- e) Mais uma vez **no âmbito europeu, ativação da cooperação delegada e dos instrumentos multilaterais, com particular referência à nova programação do EU Green Deal**, da Estratégia europeia para a biodiversidade 2030, das Finanças sustentáveis, do Plano de Investimento Externo (PIE) na África e do Plano de Ação para a Economia circular, que tem no “food” um setor prioritário;
- f) A criação de **uma plataforma de coordenação para a cooperação universitária com o Sahel**, contando com o apoio do MAECI e do MIUR, e a ampliação desta plataforma por meio de ações voltadas à formação agroecológica (training) de agricultores, técnicos e operadores da cooperação. Esta plataforma deverá criar sinergias com outros atores e iniciativas existentes a nível europeu em questões transdisciplinares, utilizando todas as ferramentas financeiras disponíveis, como, p. ex., o Horizon Europe, o novo Programa-Quadro para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

NOTA

1. Um cenário de crise

ⁱ De acordo com o IPCC, a área do Sahel, desde 1980 tem sofrido o maior déficit de chuvas do planeta e, apesar de uma recuperação na média das chuvas no final dos anos 90, as projeções apontam para um agravamento até 2030, com um aumento de > variabilidade das chuvas, aumento das temperaturas e da frequência das secas.

ⁱⁱ G5, onde cerca de 50% da população tem menos de 15 anos, a previsão do crescimento populacional nas áreas rurais entre 2018 e 2040 é aproximadamente de 200%, de 80 a 160 milhões de pessoas. Estima-se que este crescimento colocará mais de 32,5 milhões de jovens no mercado de trabalho nos próximos 20 anos. Tendências demográficas globais UNDESA, 2017 e 2019

ⁱⁱⁱ Cerca de 40% da população vive abaixo da linha da extrema pobreza e 56% não têm acesso a serviços essenciais de saúde. O nível do Human Development Index (HDI) para Mali, Burkina Faso e Níger, coloca estes países depois do 182º lugar no ranking global (banco de dados do PNUD), enquanto a desigualdade de renda (Coeficiente de Gini) oscila entre o 33º lugar do Mali e o 40º, ou mais, do Senegal.

^{iv} A percentagem da população nas áreas rurais varia de 36% na Gâmbia e 49% no Senegal, a 57% na Guiné-Bissau, 64% na Guiné, cerca de 70% no Mali e Burkina Faso e 83% no Níger. A taxa anual de urbanização oscila entre 4 e 8%, sendo mais alta em países com baixo nível de urbanização (World Bank 2018)

^v As mulheres têm um papel essencial no sistema alimentar para as atividades off farm, com mais de 70% do emprego feminino (The Sahel and West Africa Club, OCDE 2017). Aproximadamente, apenas 28% das meninas e mulheres com mais de 15 anos concluíram o ensino fundamental e apenas 9% concluiu o ensino médio, e o desconhecimento dos direitos é comprovado, entre outros, pela alta taxa de casamentos precoces e mortalidade materna (Kwasi et al, 2019)

^{vi} As políticas de segurança na região Sahel-Saariana da África caracterizaram-se pela ausência de uma visão estratégica de longo prazo, que pudesse orientar as políticas públicas de intervenção nas vulnerabilidades e nos elementos de fragilidade estrutural que dão origem à instabilidade regional. A atenção dirigida aos objetivos de curto prazo no combate ao terrorismo e ao tráfico regional, na convicção de que um fortalecimento da presença militar pudesse conter a propagação do radicalismo islâmico, limitou muito a dimensão civil da intervenção, insuficiente em termos de recursos humanos e financeiros. As ajudas aos Estados do Sahel-Saara interessaram principalmente a suprimentos militares, à reforma do setor de segurança, ao fortalecimento das políticas de peacekeeping e das capacidades de resposta às crises regionais, em detrimento da assistência ao desenvolvimento e promoção de práticas de *governance* virtuosas (Casola, 2018).

^{vii} A Aliança Sahel foi lançada pela União Europeia, França, Alemanha, Banco Mundial, PNUD, Itália, Espanha, Reino Unido, Luxemburgo, Dinamarca e Holanda para apoiar os países do G5 Sahel: Mauritânia, Burkina Faso, Mali, Níger e Chade.

^{viii} Uma pesquisa do ISS (Kwasi et al 2019) que compara diferentes cenários para o Sahel até 2040, mostra que entre 5 “clusters” de ações possíveis, o da agricultura, que é o pilar econômico e cultural do Sahel, tem o maior impacto. em termos de redução da pobreza e de crescimento da renda e, juntamente com intervenções em educação e *governance*, contribui amplamente para melhorar os índices de desenvolvimento humano. De forma complementar, outras pesquisas (E.Quak, 2018) mostram que é necessário focar em sistemas inclusivos e na inovação para criar oportunidades de emprego e desenvolvimento sustentável, principalmente nos sistemas alimentares.

2. As repostas da Agroecologia

^{ix} A abordagem ESR (Efficiency/Substitution/Redesign) desempenha um papel-chave no contexto da transição agroecológica e mostra as etapas:

- A primeira fase, Eficiência, começa com a adoção de um uso mais eficiente dos inputs, como a utilização ideal de fertilizantes com o menor desperdício possível.
- Na segunda fase, Substituição, alguns inputs considerados prejudiciais ao meio ambiente são substituídos por inputs mais saudáveis. A substituição de tecnologias obsoletas por tecnologias mais eficientes se enquadra nesta categoria.

- Na etapa final, Redesenho, é adotada uma abordagem de gestão de sistemas para reduzir a necessidade de inputs em primeiro lugar. Isto significa "o desenvolvimento de agroecossistemas para fornecer a quantidade ideal de serviços ecossistêmicos para auxiliar na produção de alimentos, fibras e óleos, garantindo ao mesmo tempo que os processos de produção agrícola melhorem o capital natural" (Pretty, 2016). Estes sistemas ecologicamente redesenhados / projetados visam minimizar os problemas e a dependência dos recursos produtivos adquiridos, aumentar a resiliência e permitir a manutenção autônoma, a autorregulamentação, a sustentabilidade e a capacidade de fornecer os serviços ecossistêmicos necessários e o apoio para alcançar o bem-estar de todos". (LUPG, Transição para o sistema agroecológico, 2016).

x As características peculiares da abordagem agroecológica merecem uma consideração atenta, a fim de realizar programas eficazes no apoio à conversão de agroecossistemas. Deve ser levado particularmente em conta que os sistemas agroecológicos se caracterizam por ser:

- Com forte intensidade de conhecimento: enquanto as práticas agrícolas convencionais são padronizadas e replicadas de forma quase invariada, mesmo em situações ambientais muito diferentes (por exemplo, densidade de semeadura, tipo e periodicidade da fertilização e retirada de ervas daninhas, etc.)

- Em constante evolução: os sistemas agroecológicos estão em evolução constante, em função da variação das características tanto dos fatores internos do agroecossistema (por exemplo, desenvolvimento do componente arbóreo de um sistema agroflorestal, aumento da fertilidade do solo de forma progressiva, graças às práticas adotadas, etc.), quanto dos fatores externos (por exemplo, variação progressiva das condições climáticas, condições de mercado, etc.). Além disso, para alcançar um grau satisfatório de estabilidade, os sistemas agroecológicos requerem um período de conversão raramente inferior a 4-5 anos.

- Multifuncionais: ao contrário dos sistemas convencionais, onde o lucro geralmente está ligado à produção e comercialização de poucos produtos, ou até mesmo de um único produto, os sistemas agroecológicos se distinguem por sua capacidade de produzir um conjunto complexo de bens e serviços de vários tipos (por exemplo, alimentos para o autoconsumo, forragens, produtos alimentícios e não alimentícios, como fibras têxteis, plantas para uso farmacêutico, etc.) destinados à comercialização (lenha, madeiras para construção, fertilizantes de origem orgânica, etc.). São muito importantes também os serviços ecossistêmicos garantidos pelos sistemas agroecológicos (por exemplo, polinização, preservação do ciclo hidrológico, valorização da paisagem, proteção da biodiversidade, etc.).

Além disso, os sistemas agroecológicos são caracterizados por um efeito multiplicador de benefícios, se adotados por várias fazendas adjacentes e no âmbito da paisagem.

xi "A transmissão de patógenos de um animal vertebrado para um ser humano ("zoonotic spillover")" é o resultado de dinâmicas complexas que ligam os seres humanos aos ecossistemas naturais, onde as condições socioeconômicas e estruturais desempenham um papel-chave para determinar se uma transmissão deste tipo poderia se tornar um surto, e um surto se tornar uma epidemia ou uma pandemia. Os riscos aumentam com a agricultura industrial, por dois caminhos. Em primeiro lugar, a produção da pecuária intensiva amplifica os riscos de surgimento e propagação de doenças. A probabilidade de surtos de doenças animais de alto impacto é aumentada, devido ao confinamento de muitos indivíduos em pequenos espaços, à restrição da diversidade genética, ao rápido *turnover* de animais e à fragmentação dos habitats devido à expansão das criações de gado. Em segundo lugar, os riscos aumentam com o desenvolvimento da interação entre humanos e espécies silvestres, interação que pode ser agravada pela destruição dos habitats naturais devido à agricultura comercial, urbanização descontrolada e apropriação de terras e recursos. Como um notável especialista em doenças ligadas à transmissão zoonótica diz: "*Destrua os sistemas e as paisagens naturais, e as espécies que ficarão com você são aquelas que transmitem as doenças aos seres humanos*". Conforme documentado no C BD/WHO 2015 Report, a disseminação de patógenos é agravada pelas mudanças climáticas, pela destruição de ecossistemas, pela destruição e mudança do uso do solo, pela perda de biodiversidade e pela remoção de barreiras de proteção essenciais. Embora as evidências sobre a origem da Covid-19 ainda não estejam definidas, existe a convicção de que o surgimento do surto está relacionado a uma combinação dos fatores indicados acima. (IPES-Food 2020....) . Ver International Panel of Experts on Sustainable Food Systems (IPES-Food) COVID-19 and the crisis in food systems: Symptoms, causes, and potential solutions

xii ROPPA, foi fundada em 2000 em Cotonou. É uma rede de organizações camponesas e de produtores e hoje coordena a iniciativa de 15 plataformas nacionais na África Ocidental: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Senegal, Serra Leoa, Togo, Cabo Verde, Nigéria. Desde a sua criação, a ROPPA tem se destacado pela **defesa e promoção da agricultura familiar**. Uma escolha de campo de ação resoluta, que resultou, nos últimos anos, em uma **adesão convicta e coerente aos princípios e práticas da Agroecologia**, apoiada e divulgada pela ROPPA em todos os países onde atua e está presente.

xiii A plataforma 3AO foi criada durante um encontro organizado em agosto de 2018, juntamente com a ROPPA e IPES-Food (rede de especialistas internacionais em sistemas alimentares sustentáveis), onde participaram 31 organizações

nacionais, regionais e internacionais e durante o qual foram definidos os objetivos e foi preparado o plano de ação da nascente Aliança. O objetivo da 3AO é **promover e apoiar a transição agroecológica na África Ocidental para garantir meios de subsistência sustentáveis e resilientes, adaptados aos desafios da agricultura nos diferentes contextos locais.**

Por meio de ações concretas e acordadas, a 3AO cria sinergias em diferentes níveis e entre diferentes atores para fortalecer os esforços da pesquisa e *advocacy* em favor da Agroecologia, dando, ao mesmo tempo, visibilidade ao movimento agroecológico na África Ocidental. O plano de ação se baseia em cinco princípios fundamentais: - Melhorar e fortalecer a *governance* dos sistemas alimentares e redirecionar os financiamentos na agricultura; - Maximizar a partilha de conhecimentos entre ciência e saberes camponeses: pesquisa participativa e consolidação dos conhecimentos; - Consolidar as redes da Agroecologia, mobilizando, para esse fim, a sociedade civil; - Fortalecer os sistemas de troca de conhecimentos e oportunidades formativas entre os agricultores; - Desenvolver e fortalecer os sistemas alimentares locais, as parcerias baseadas na solidariedade entre sujeitos em diferentes contextos locais e melhorar o acesso aos mercados. As atividades são monitoradas por uma comissão diretiva cujos membros incluem representantes da ROPPA, IPES FOOD, AFSA (Aliança para a soberania alimentar na África), ENDA Pronat (Ação de desenvolvimento ambiental para a promoção natural das terras), CIRAD (pesquisa agrônômica para o desenvolvimento) e Action Against Hunger. Cada atividade é administrada por uma organização líder que se beneficia dos conhecimentos e das capacidades de um grupo de apoio, definido de tempos em tempos e composto por algumas das organizações parceiras (http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/3AO%20brochure_FR.pdf)

3. Questões estratégicas e linhas de ação

xiv A agroecologia tem, por sua natureza, a possibilidade de gerar serviços do tipo ecossistêmico, que deveriam ser incentivados e calculados pelos estados e pelas coletividades territoriais (como polinização, preservação do ciclo hidrológico, valorização da paisagem, proteção da biodiversidade, etc.), conforme mencionado na nota 10 do capítulo 2).

xv Entre os 10 elementos da Agroecologia elaborados pela FAO, o da *governance* responsável é central, pois os pobres das áreas rurais confiam-se à biodiversidade terrestre e aquática e, portanto, é fundamental: 1) preservar o acesso a estes serviços com uma *governance* comunitária e 2) promover o acesso igualitário aos recursos terrestres e hídricos. As diretrizes voluntárias para a Gestão Responsável dos Regimes Fundiários representam uma ferramenta valiosa de apoio aos decisores políticos para o desenvolvimento de estratégias, políticas e atividades para o direito à alimentação e para a equidade.

xvi Os conflitos que envolvem os recursos naturais são explicados, por um lado, pelas dinâmicas demográficas e ambientais e, por outro lado, pela instabilidade de acesso e dos direitos à terra (ver acima). O nosso grupo de trabalho sobre Agroecologia desenvolveu algumas boas práticas, tanto para a gestão resiliente da terra, com exemplos concretos de gestão de solo e água na África Ocidental, quanto para o acesso aos direitos, ligados principalmente à insegurança do direito fundiário.

xvii As sementes de variedades locais representam, no Sahel como no resto do mundo, a herança de um trabalho milenar e meticuloso de experimentação e seleção realizado pelas comunidades camponesas. As sementes tradicionais hoje utilizadas, são o resultado de uma coevolução entre as espécies vegetais e os agroecossistemas e são caracterizadas por um alto nível de adaptação ao contexto edafoclimático no qual são utilizadas. Elas também são uma fonte insubstituível de biodiversidade genética e, portanto, são um recurso precioso em um contexto de variabilidade climática imprevisível em escala local. Por exemplo, em uma única aldeia em Mali ou em Burkina Faso, podem ser cultivadas até 25 variedades diferentes de sorgo. Além disso, as variedades locais atendem de forma adequada as necessidades nutricionais das populações que nelas baseiam sua alimentação, são um elemento básico das tradições locais e representam um patrimônio cultural inestimável, assim como biológico.

xviii Contribuição italiana para o ITPGRFA (2015) Core budget \$ 1.126.735, Participação de países do Sul \$ 26.678, Projetos especiais \$ 3.174.362, Fundo BS \$ 6.269.485; https://rapponuroma.esteri.it/rapp_onu_roma/it/ambasciata/news/dall_ambasciata/2015/11/trattato-internazionale-sulle-risorse.html

xix Os CDS (Bancos comunitários de Sementes) foram fundados em muitas partes do mundo, desde o início dos anos 80, com várias formas jurídicas e funções. Entre os objetivos primários tem o objetivo de evitar a perda da agrobiodiversidade e facilitar o acesso às sementes adaptadas às condições locais, não disponíveis no mercado de forma adequada, muitas vezes se baseando num modelo de gestão participativa e facilitando o melhoramento participativo das próprias sementes. Nos últimos anos, foram publicados vários estudos de casos e análises sobre os CDS. Os CDS, no

entanto, desempenham um papel importante nas sociedades europeias para a conservação e utilização sustentável dos recursos fitogenéticos e em todos os casos em que os agricultores não têm acesso fácil aos bancos públicos de germoplasma. Os CDS possuem estruturas dedicadas à conservação das sementes e / ou de áreas de cultivo das coleções de germoplasma, e visam preservar a diversidade genética e disponibilizar sementes. Estas estruturas podem ser centralizadas ou caracterizadas por uma abordagem descentralizada que permite que várias pessoas armazenem sementes e gerenciem as coleções. Os CDs são administrados por uma comunidade. Estas comunidades podem ser redes informais ou entidades legais formalizadas compostas por vários membros. As Casas de sementes pertencem ao sistema de sementes informal (p.ex., organizações da sociedade civil). Mesmo assim, eles não pertencem nem ao setor primário (público), nem ao setor secundário (privado para atividades comerciais / de mercado). A comunidade administra a casa de sementes para alcançar certos objetivos comuns, baseados em valores compartilhados e normas coletivas, criando uma específica cultura e identidade. Estas normas podem regulamentar o acesso às sementes, ao conhecimento e à informação, mas também a forma como os objetivos são desenvolvidos ou qualquer outro fator determinante para o funcionamento da comunidade

xx As espécies comestíveis 'negligenciadas e subutilizadas' (NUS) são aquelas que recebem pouca atenção ou são completamente ignoradas pela pesquisa agrícola. Trata-se de variedades selvagens ou semi-domesticadas e de espécies florestais não-lenhosas (tubérculos, cereais, frutas, legumes e especiarias). Por muito tempo deixadas de lado pela ciência agrícola tradicional, por várias razões agronômicas, genéticas, econômicas, sociais e culturais, estas culturas, hoje, recebem cada vez mais reconhecimento por seu papel potencial na mitigação de riscos nos sistemas de produção agrícola. Nas últimas décadas, foi reavaliada a importância das NUS no melhoramento nutricional, na geração de renda, na manutenção da saúde do ecossistema e no empoderamento dos pobres e dos indivíduos vulneráveis, assim como na promoção da diversidade cultural.

Ver :

https://www.biodiversityinternational.org/fileadmin/migrated/uploads/tx_news/Fighting_poverty_hunger_and_malnutrition_with_neglected_and_underutilized_species_NUS_1671_03.pdf

xxi As recomendações 'Connecting Smallholders to Markets', aprovadas pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial - CSA, em 2016, reconhecem que os mercados definidos como 'territoriais', embora ignorados pela maioria das análises e estatísticas existentes, são um componente essencial para a segurança alimentar nos países do sul do mundo e, em particular, para a África Ocidental. Estes mercados estão ligados aos sistemas alimentares locais, nacionais e regionais, envolvem mulheres e jovens, permitem o acesso aos alimentos frescos e menos processados para os consumidores, garantem que o valor agregado permaneça nas mãos de quem produz e dos outros atores do economia rural, deixando a eles uma certa autonomia e, desta forma, permitindo reduzir a vulnerabilidade à volatilidade nos mercados internacionais. Esses mercados, além disso, têm várias funções, que vão além de puramente econômica, como a função social, que permite as interações, o diálogo e a troca de informações, a função cultural, que permite a replicação de papéis e a disseminação de conhecimentos sobre os alimentos e como cozinhá-los, e a função ecológica, que preserva as variedades locais, reduzindo desperdícios e embalagens. O que caracteriza estes mercados é, sem dúvida, a ligação com o território, o que permite relançar a economia local e estabelecer relações horizontais entre as diferentes partes envolvidas nas transações. Para uma análise aprofundada, consulte http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/10/ENG-ConnectingSmallholdersToMarkets_web.pdf

xxii "Mercados semanais". As feiras na África seguem 4 padrões: diárias, a cada 2-4 dias, semanais. Todos os mercados dos países do Sahel com maior influência islâmica têm uma frequência semanal, de acordo com o calendário islâmico. Um dos maiores deste tipo é o mercado de Diaobè, no sul do Senegal, que junta comerciantes e consumidores do interior do país, da Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia e Mali. Para se ter uma ideia do volume dos negócios, este mercado remete semanalmente às autoridades municipais cerca de 1 milhão de FCFA em locação de espaços e serviços.

xxiii O Observatório sobre as EFs, promovido pela ROPPA visa recolher e sistematizar informações sobre a estrutura e funcionamento das EFs. Tanto para permitir que as diferentes Plataformas Nacionais tenham um banco de dados, para favorecer atividades de *advocacy* voltadas a definir as políticas de apoio às próprias EFs, e monitorar sua eficácia, quanto para permitir que as EFs façam uma autoanálise do seu orçamento e entendam qual é a fonte de renda e subsistência delas, em que investem, custos-benefícios, para favorecer a realização de projetos adequados. O percurso de arrecadação e processamento das informações dos Observadores desenvolve-se nas seguintes etapas: a) Estudos de caracterização da área e das EFs, acompanhada de uma seleção dos animadores territoriais; 2) Atelier de apresentação do Observatório na área (municipal ou regional); 3) Formação dos Animadores Territoriais; 4) Coleta e sistematização de dados; 5) Atelier de restituição.

xxiv As Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) são parcerias diretas, baseadas nas relações entre várias pessoas e um ou mais produtores agrícolas, que compartilham os riscos, as responsabilidades e os benefícios da agricultura, assinando um acordo vinculativo de longo prazo. A experiência nasceu no Japão no início dos anos 70, sob orientação de Teruo Ichiraku (1906-1994), filósofo e líder do movimento agrícola (<http://urgenci.net/csa-history/>).

Urgenci (<http://urgenci.net/>) é a organização internacional que facilita as conexões entre as redes CSA nacionais e locais, por meio da confiança compartilhada nos valores fundamentais da Agroecologia: soberania alimentar, solidariedade econômica e biodiversidade; a rede tem cerca de 2 milhões de sócios em 30 países.

A Agroecologia é essencial na experiência das CSA e está em primeiro lugar entre os princípios básicos definidos na 3ª conferência europeia sobre as CSA, realizada em Ostrava (República Tcheca) em 17 de setembro de 2016 (http://urgenci.net/wp-content/uploads/2016/11/2016_CSA_Dichiarazione_Europea-IT.pdf), que recorda expressamente a Declaração do Fórum Internacional de Agroecologia de Nyeleni (Mali) de 27/02/2015. No dia 18/02/2015 em Ouagadougou (Burkina Faso), por ocasião de um encontro entre ONGs e atores locais envolvidos na Agroecologia, nasceu a **Réseau de L'Ouest Afrique de Producteurs et Consommateurs (ROAPC)**, e desde então houve muitas iniciativas voltadas a promover a criação e o desenvolvimento das CSA na África Ocidental. Os países mais ativos nesse sentido são Togo, Burkina Faso, Mali, Gana, Costa do Marfim, Senegal e Benin.

xxv A empresa agrícola, que na Itália e na Europa também possui uma função terciária, incluindo serviços recreativos, culturais e educacionais, na África Ocidental ainda está começando a surgir nesta função. No entanto, tendo em consideração a importância estratégica das atividades pedagógicas no âmbito agrícola, a fim de conscientizar os consumidores para os aspectos ecológicos e éticos da linha de produção agroalimentar e tendo consciência das potencialidades nas áreas urbanas e em contextos de grande vocação turística, esta é uma área a ser explorada, para facilitar a descoberta da agricultura e das tradições culturais, históricas, ambientais e gastronômicas. Isto permitirá tornar a alimentação (produção e processamento) e a gestão agroambiental sustentável uma opção inovadora e concreta com impactos positivos na geração de renda e oportunidades de emprego.

xxvi Um exemplo de parceria entre atores italianos e locais de vários tipos (Organizações camponesas, ONGs italianas, Fundações), com foco específico na transição agroecológica na África Ocidental, é representado por uma iniciativa realizada em Burkina Faso desde 2014 pelas ONGs ACRA, CISV, LVIA, MANITSE, a Associação Watinoma e a Fundação Slow Food, com seis organizações de agricultores, com o apoio de 28 fundações sociais bancárias, unidas nas "Fondations pour l'Afrique Burkina Faso (FPA-BF)". Entre as várias ações realizadas tem: sensibilização, capacitação por meio de formação em práticas agroecológicas e de viagens de estudo, experimentação de práticas agroecológicas, apoio à transformação e conservação dos produtos agrícolas, facilitação da comercialização de produtos orgânicos e *advocacy*. (<https://www.fondazioniforafrica.org/wp-content/uploads/2019/07/Axe-agro%C3%A9cologie-web.pdf>)

xxvii A recomendação geral n. 34 de 2016, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW), interpreta com particular atenção o Artigo 14 da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, sendo a única disposição de um tratado internacional de direitos humanos que envolve especificadamente as mulheres rurais. A recomendação, que visa especificar melhor todas as ligações entre o Artigo 14 e as outras disposições da Convenção, concentra-se nas mulheres rurais nos países em desenvolvimento, porém alguns de seus componentes também se referem também à situação das mulheres rurais nos países desenvolvidos. <https://digitallibrary.un.org/record/835897>

xxviii O relatório está sendo elaborado. Para uma análise aprofundada sobre o tema, consulte ROPPA, "*Strategie regionale de insertion de jeunes dans le secteur agro-sylvo-pastoral et alieutique 2019-2023*", em http://www.roppa-afrique.org/IMG/pdf/roppa_-_strategie_emploi_jeunes-3bdef.pdf

4. Os programas, os atores, os instrumentos financeiros

xxix

<http://www.fondazionecrbiella.it/flex/cm/pages/ServeAttachment.php/L/IT/D/9%252F5%252F1%252FD.58cb447b1d3540c8b06f/P/BLOB%3AID%3D2988/E/pdf> Programa apoiado por fundações sociais bancárias associadas a ACRI no programa "Fundações for Africa Burkina Faso"

xxx As Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável são apoiadas na Agenda 2030, que definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e contam com uma eclética rede de atores do sistema Bilateral, Multilateral e da Sociedade Civil. Na Itália, o Sistema nacional de cooperação internacional também faz uso das agências da ONU do polo

agroalimentar romano composto pela FAO, PAM (ou World Food Program) e FIDA: <https://documenti.camera.it/Leg18/Dossier/Pdf/UE0017.Pdf>

xxxii A quantia de financiamentos da Ajuda ao Desenvolvimento, canalizados para a pesquisa, educação e assistência técnica na agricultura, estagnou nos últimos 10 anos e em 2017 representou apenas 14% da ajuda agrícola total na África subsaariana. (...). Apenas um punhado de doadores – entre eles França, Suíça, Alemanha, a FAO e o FIDA - reconheceram explicitamente a Agroecologia como solução essencial para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Estudos recentes mostraram que apenas uma parte da ajuda ao desenvolvimento do Reino Unido e da Bélgica, e uma parcela mínima dos fundos dos EUA para a pesquisa agrícola, vão para a agroecologia. (De "Money's floods: what is holding back investments in agroecological research for Africa? IPES_FOOD, abril de 2020)

xxxiii O documento estratégico trienal 2019-2021 foi aprovado pela Comissão Interministerial da Cooperação para o Desenvolvimento. A competência para a aprovação final é do Conselho de Ministros. O processo está em andamento <https://www.aics.gov.it/news/2020/59023/> O Plano Estratégico anterior é para os anos 2017-2019 https://www.esteri.it/mae/resource/doc/2018/02/doc_triennale_2017-2019_27.07.2017.pdf

xxxiiii <https://sustainabledevelopment.un.org/partnership/?p=25321>

xxxv Mecanismo voltado para o desenvolvimento local em áreas de risco socioambiental ("Zaresi") de 4 países do Sahel, Mali, Níger, Burkina Faso e Senegal que há mais de uma década envolve a Cooperação Italiana. O programa se caracteriza por uma "estrutura plurianual, multissetorial e de múltiplos atores na segurança alimentar, sustentada por conhecimentos tecnológicos e sistemas de informação geográfica baseados no monitoramento e prevenção de crises ambientais e econômico-sociais; uma ação sinérgica entre os atores da cooperação (organismos internacionais, agências governamentais, cooperação descentralizada e ONGs) e os governos nacionais, orientados para um processo de descentralização político-administrativa na gestão do desenvolvimento e do território; a reelaboração e integração de abordagens anteriores numa perspectiva de desenvolvimento local "(Dansero, 2013)

BIBLIOGRAFÍA

1. Um cenário de crise

- ✓ Casola C. (2018) Counterterrorism in Africa: Obama e la lotta al terrorismo nel Sahara-Sahel. Afriche e orienti. Ano XX, número 1-2
- ✓ Kwasi S., Cilliers J., Donnenfeld Z., Welborn L. and Maïga I. (2019) Prospects for the G5 Sahel countries to 2040. West Africa Report 25. Institute for Security Studies.
- ✓ OECD (2017)
- ✓ The Sahel and West Africa Club. Working together for regional integration 2017-18. OECD, Paris. <https://www.oecd.org/swac/SWAC-brochure-2017-2018.pdf>. Último acesso 13.10.2020
- ✓ UNDESA (2017) World population prospects: The 2017 revision. Key Findings and Advance Tables. United Nations, New York (US).
- ✓ UNDESA (2019) World population prospects 2019: Highlights. United Nations, New York (US).

2. As respostas da Agroecologia

- ✓ IPES (2020) COVID-19 and the crisis in food systems: Symptoms, causes, and potential solutions. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems.
- ✓ IPES-Food, (2020). The added value(s) of agroecology: Unlocking the potential for transition in West Africa.
- ✓ Pretty, J. N. (2016) Sustainable Intensification: Efficiency, Substitution and Redesign. <http://sirn.org.uk/2016/11/16/sustainable-intensification-efficiency-substitution-andredesign/>
- ✓ Padel S, Rubinstein O, Woolford A, Egan J, Leake A, Levidow L, Pearce B, Lampkin N (2017) Transitions to Agroecological Systems: Farmers' Experience. A Report for the Landuse Policy Group. Organic Research Centre and Game & Wildlife Conservation Trust. Newbury and Fordingbridge.

- ✓ HLPE (2019) Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome.

3. Questões estratégicas e linhas de ação

- ✓ CEDAW (2016) General recommendation No. 34 on the rights of rural women. United Nations, New York (US).
- ✓ CILSS, FAO, FEWSNET, WFP (2010) Commerce Transfrontalier et Sécurité Alimentaire en Afrique de l'Ouest Cas du Bassin Ouest : Gambie, Guinée-Bissau, Guinée, Mali, Mauritanie, Sénégal. Vedi: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/emergencies/docs/wa_rapport_bassin_ouest.pdf. Ultimo accesso 13.10.2020.
- ✓ Félix, G., Diedhiou, I., Le Garff, M., Timmermann, C., Clermont-Dauphin, C., Cournac, L., Groot, J. and Tittonell, P., (2018). Use and management of biodiversity by smallholder farmers in semi-arid West Africa. *Global Food Security*, 18, pp.76-85.
- ✓ Félix, G., Scholberg, J., Clermont-Dauphin, C., Cournac, L. and Tittonell, P., (2018). Enhancing agroecosystem productivity with woody perennials in semi-arid West Africa. A meta-analysis. *Agronomy for Sustainable Development*, 38(6).
- ✓ Lahmar, R., Bationo, B., Dan Lamso, N., Guéro, Y. and Tittonell, P., (2012). Tailoring conservation agriculture technologies to West Africa semi-arid zones: Building on traditional local practices for soil restoration. *Field Crops Research*, 132, pp.158-167
- ✓ Levard, L. and Mathieu, B. (2018). Agroécologie : capitalisation d'expériences en Afrique de l'Ouest. Facteurs favorables et limitants au développement de pratiques agroécologiques évaluation des effets socio-économiques et agro-environnementaux. Edit. Gret, AVSF. <https://www.gret.org/publication/agroecologie-capitalisation-d-experiences-afrique-de-louest/>
- ✓ Kay S. (s.d.) Connecting Smallholders to Markets, an Analytical Guide. International CSM
- ✓ Observatoire Régional Des Exploitations Familiales OEF/ROPPA (2017) Synthèse et Conclusions Du Premier Rapport De l'OEF/Roppa. Ouagadougou, Burkina Faso. Vedi: <https://www.ipar.sn/rapport-sur-l-OBSERVATOIRE-REGIONAL-DES-EXPLOITATIONS-FAMILIALES-OEF-ROPPA.html?lang=fr>. Ultimo accesso: 13.10.2020.
- ✓ Padulosi, S., Thompson, J., Rudebjer, P. (2013). Fighting poverty, hunger and malnutrition with neglected and underutilized species (NUS): needs, challenges and the way forward. Bioversity International, Rome.
- ✓ ROPPA (2019). Stratégie Régionale D'insertion / Installation Des Jeunes Dans Le Secteur Agro-Sylvo-Pastoral Et Halieutique 2019-2023". http://roppa-afrique.org/IMG/pdf/roppa_-_strategie_emploi_jeunes-3bdef.pdf
- ✓ Sawadogo K., Sartor G., Lenarduzzi W. (s.d.) Quel accompagnement des producteurs pour réussir la transition agro écologique? De la pratique à un démarche
- ✓ Tapsoba, P., Aoudji, A., Kabore, M., Kestemont, M., Legay, C. and Achigan-Dako, E., (2020). Sociotechnical Context and Agroecological Transition for Smallholder Farms in Benin and Burkina Faso. *Agronomy*, 10(9), p.1447.
- ✓ World Health Organization and Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (2015) Connecting Global Priorities: Biodiversity and Human Health, a State of Knowledge Review. World Health Organization, Genève and Montréal
- ✓ Weltzien, E., Rattunde, H. F. W., Van Mourik, T. A., & Ajeigbe, H. A. (2018) Sorghum cultivation and improvement in West and Central Africa. From: Rooney, W. (ed.), Achieving sustainable cultivation of sorghum Volume 2: Sorghum utilization around the world, Burleigh Dodds Science Publishing, Cambridge, UK

4. Os programas, os atores, os instrumentos financeiros

- ✓ Biovision Foundation for Ecological Development & IPES-Food. (2020) Money Flows: What is holding back investment in agroecological research for Africa? Biovision Foundation for Ecological Development & International Panel of Experts on Sustainable Food Systems
- ✓ Dansero, E. (2013) Donne, terre e mercati. Ripensare lo sviluppo rurale in Africa sub-sahariana. CLEUP SC "Coop.Libreria Editrice Università di Padova", Padova
- ✓ Donne, terre e mercati. Ripensare lo sviluppo rurale in Africa sub-sahariana. CLEUP SC "Coop.Libreria Editrice Università di Padova", Padova
- ✓ CIDSE (2020): Finanza per l'agroecologia: qualcosa di più di un sogno? Una valutazione dei contributi delle istituzioni europee e internazionali alla trasformazione del sistema alimentare